Publicado em 16/03/2024 - 05:54

Depoimentos de ex-comandantes elevam a pressão sobre Bolsonaro

Ex-comandantes implicam Bolsonaro

A derrubada do sigilo dos depoimentos prestados à Polícia Federal (PF) no âmbito de inquérito sobre tentativa de golpe de Estado no país em 2022 apertou o cerco contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e alguns de seus principais aliados.

A decisão foi tomada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), alegando "inúmeras publicações jornalísticas com informações incompletas sobre os depoimentos".

Dentre os depoimentos que foram tornados públicos, estão os dos ex-comandantes do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Júnior, que, conforme as investigações, se negaram a aderir à trama para subverter o resultado da eleição presidencial em que Bolsonaro foi derrotado.

Segundo os interrogatórios, Bolsonaro teria participado diretamente da elaboração de minutas que dariam respaldo jurídico ao movimento, e Freire Gomes teria ameaçado prender o ex-presidente caso ele levasse adiante o plano golpista (leia na sequência).

Os depoimentos reforçam a delação do ex-ajudante de ordens da Presidência Mauro Cid, que colocou Bolsonaro no centro da trama. Os relatos incluem detalhes dos encontros convocados por Bolsonaro para discutir o plano e ainda implicam integrantes da cúpula do governo do ex-presidente, como o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira e o ex-ministro da Justiça Anderson Torres.

Outros depoimentos também foram divulgados, incluindo o do próprio Bolsonaro, mas ele optou por ficar em silêncio.

EVARISTO SA, AFP, 25/08/2022

Ex-chefe do Exército, Freire Gomes detalhou reuniões no Alvorada

MARCELO CAMARGO, AGÊNCIA BRASIL, BD, 01/05/2022

Ex-líder da FAB, Baptista Júnior diz ter se negado a ver minuta

decretação do Estado de Defesa, Estado de Sítio, Intervenção Federal para solucionar uma possível "crise institucional", respondeu QUE se recorda de ter participado de reuniões no Palácio do Alvorada, após o segundo turno das eleições, em que o então Presidente da República JAIR BOLSONARO apresentou hipóteses de utilização de institutos jurídicos como GLO, ESTADO DE DEFESA e ESTADO DE SÍTIO em relação ao processo eleitoral; QUE sempre deixou evidenciado ao então Presidente da República JAIR BOLSONARO, que o Exército não participaria na implementação desses institutos jurídicos visando reverter o processo eleitoral; INDAGADO sobre quando e como se deu a apresentação da

reuniões dos Comandantes das Forças com o então Presidente da República, após o segundo turno das eleições, depois de o Presidente da República, JAIR BOLSONARO, aventar a hipótese de atentar contra o regime democrático, por meio de algum instituto previsto na Constituição (GLO ou Estado de Defesa ou Estado de Sítio), o então Comandante do Exército, General FREIRE GOMES, afirmou que caso tentasse tal ato teria que prender o Presidente da República; QUE em outra reunião dos Comandantes das Forças com o então Presidente da República, o depoente deixou evidente a JAIR BOLSONARO, que não haveria qualquer hipótese do então Presidente permanecer no poder após o termino de seu mandato; QUE deixou claro ao então Presidente JAIR

Anulação do pleito foi discutida em reuniões

Em depoimento no dia 1º de março, o general Marco Antônio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, afirmou que Bolsonaro convocou reuniões no Palácio da Alvorada após o segundo turno e "apresentou hipóteses de utilização de institutos jurídicos como Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Estado de defesa e sítio em relação ao processo eleitoral".

A minuta golpista apreendida pela PF teria sido apresentada em um encontro na residência oficial no dia 7 de dezembro de 2022. Freire Gomes contou que o convite para comparecer ao Palácio da Alvorada foi enviado por meio do então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, mas que o tema da reunião não foi informado previamente.

Freire Gomes alegou à PF que "sempre deixou evidenciado ao então presidente que o Exército não participaria da implementação desses institutos visando reverter o processo eleitoral" e que Bolsonaro "não teria suporte jurídico" para anular o resultado da eleição. O então chefe da Marinha, almirante Almir Garnier, teria colocado as tropas à disposição, de acordo com o general.

Mensagens apreendidas pela PF mostram que o general Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, liderou uma campanha velada, mas agressiva, de pressão a oficiais das Forças Armadas que rejeitaram aderir ao plano golpista. Em um dos diálogos, Braga Netto culpa Freire Gomes e chama ele de "cagão".

General teria ameaçado prender o ex-presidente

Ex-comandante da Aeronáutica, o brigadeiro Carlos Almeida Baptista Júnior relatou a tensão que marcou a reunião, em dezembro de 2022, na qual Bolsonaro sondou a cúpula das Forças Armadas sobre um golpe de Estado. Narrou que nem sequer aceitou receber a minuta de golpe discutida pelo chefe do Executivo, levantando-se da mesa e deixando a sala.

Antes, ainda de acordo com o brigadeiro, Freire Gomes chegou a afirmar que teria que prender Bolsonaro caso o então presidente tentasse o golpe.

Baptista Júnior narrou ainda que, após a eleição, houve reunião entre o então presidente, a cúpula das Forças Armadas e o então advogado-geral da União Bruno Bianco.

Na ocasião, o chefe do Executivo foi informado que não haveria "nenhuma alternativa jurídica para contestar o resultado das eleições".

Depois, entre os dia 1º e 19 de novembro de 2022, o brigadeiro foi cinco vezes ao Palácio da Alvorada, por ordem do então presidente. Segundo o militar, inicialmente Bolsonaro estava resignado com o resultado das eleições, mas depois aparentou ter esperança de reverter a derrota.

Baptista Júnior disse ainda ter recebido do presidente um estudo do Instituto Voto Legal sobre supostas fraudes nas urnas e que, em resposta, afirmou que o documento estava "mal-redigido e com vários erros técnicos e se tratava de um sofisma".

Costa Neto relatou pressão para questionar as urnas

Também em depoimento, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, disse que foi pressionado por Bolsonaro e deputados do partido a entrar com ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para questionar o resultado do segundo turno das eleições de 2022.

"Nunca foi apresentado nada consistente", reconheceu o político, segundo o material divulgado. Costa Neto foi ouvido no dia 22 de fevereiro.

10. INDAGADO se, na condição de presidente do Partido Liberal, anuí com as palavras do então presidente JAIR BOLSONARO de que haveria fraude nas urnas eletrônicas e consequentemente nas eleições presidenciais de 2022, respondeu QUE não concorda com a fala do presidente Bolsonaro, pois já participou de várias eleições e nunca presenciou nada que desabonasse o sistema eleitoral brasileiro. Inclusive, orientou a bancada do partido a votar contra a implementação do voto impresso.

Após a derrota de Bolsonaro, o PL pediu a anulação dos votos de 279,3 mil urnas eletrônicas alegando que houve "mau funcionamento" do sistema.

Costa Neto

Segundo Costa Neto, a pressão para dar entrada no processo teve início após o vazamento do relatório produzido pelo Instituto Voto Legal.

A entidade foi contratada por R$ 1 milhão pelo partido para "fiscalizar o andamento das eleições". No ano passado, a sigla foi multada pelo TSE em R$ 22,9 milhões por "má-fé". Costa Neto também negou ter participado de reuniões golpistas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Trama Golpista **Pagina:** 12

Copyright © Clipclap 2025.